

**ATA DA 69.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO**

**- CTEI/CIF -**

No dia vinte de setembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, **em formato PRESENCIAL na cidade de Vitória/ES com transmissão via YouTube no link: [https://www.youtube.com/watch?v=9wl\\_vYDqOP8](https://www.youtube.com/watch?v=9wl_vYDqOP8)**, teve início a **69<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da reunião presencial constam: Alécia Cunha (SEDESE/MG); Ana Cândida (MAPA/DF); Ana Ivone Marques (ADERES/ES); Ana Lage (Fundação Renova); Andrea Furtado (Fundação Renova); Anízio Vianna (Fundação Renova); Arthur Lima (Fundação Renova); Braz Clarindo Filho (Associação de Camaroeiros de Vitória/ES); Carlyle Augusto R. Glória (Fundação Renova); Cláudia Laureth (FLACSO); Cláudio Paiva (SEDE/MG); Elaine Pires (Comunidade de Pontal do Ipiranga – Linhares/ES); Eliane Gregório (Comissão de Atingidos de Linhares/ES); Elis Licks (SETADES/ES); Éneas Ferreira Pinto Filho (Atingido - Conceição da Barra/ES); Heron Rios (FGV/MPF); Hugo Santos Tofoli (ADERES/ES); Isabela Gonçalves Teixeira (Comunidade Baixa Verde – Dionísio/MG); (Jerfferson Ferreira (FLACSO); Jóeci Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES); José Márcio Lazarini (Comissão dos Atingidos de Rio Doce/MG); Juliana Bedoya (Fundação Renova); Juliana Louzada (SEAMA/ES); Leandro Pinho (IFES); Leonora Michelin (Ateliê de Ideias); Liceliana de Souza Jesus (Comissão dos Atingidos de Aracruz/ES); Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Regência e Entre Rios-Linhares/ES); Macaciel Breda (SEAMA/ES); Margareth Saraiva (SEAMA/ES); Maria Célia Albino (Comissão de Atingidos de Conselheiro Pena/MG); Maria da Penha Rocha da Conceição (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado/MG); Mariangela De Lorenzo (Consultora Técnica Independente dos Camaroeiros de Vitória/ES); Maurício Kowarick (Fundação Renova); Miguelito Teixeira (Comissão de atingidos de Conselheiro Pena/MG); Raliston Becali (Fundação Renova); Marcello Sacco (Auditor E&Y); Pedro Guilherme Bicalho (SEPLAG/MG); Renato Cardoso (MAPA/MG); Rhayrane Carvalho Pedroni (Prefeitura de Aracruz/ES); Rildo Almeida de Paula (Fundação Renova); Roberto Ruggeri (Fundação Renova); Sérgio Ferreira Lima Filho (Fundação Renova); Thiago Lapa (Fundação Renova); Thiago Laranjeira (Fundação Renova); Tomás Málaga (FGV/MPF); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); Virgínia Mascarenhas (FAPEMIG/MG), Walter Cancelieri (ADERES/ES).

O coordenador da CT-EI, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **69.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação de membros da CTEI, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

**1. Pautas Gerais**

Pauta	Discussão
a. Aprovação da Ata da 68. <sup>a</sup> RO da CT-EI	<p>Sérgio Ferreira, representante da Fundação Renova, solicitou correção da Ata, no item 2.e Explicação da Alteração do cronograma de execução dos Bancos Comunitários – Fundação Renova, na fala do sr. Anízio Viana, representante da Fundação Renova, no trecho “Após o Plano de Sustentabilidade aprovado será iniciado em Baixa Verde”, pedindo a substituição da palavra aprovado por encaminhado, uma vez que o projeto pode ser iniciado sem a aprovação do plano de sustentabilidade.</p> <p>Hugo Tofoli suspendeu esse ponto de pauta, para que o secretariado revisasse o áudio/vídeo, para as correções e pontuou que a Ata representa o que foi dito na reunião.</p> <p>O ponto de pauta foi retomado ao final da reunião, com a apresentação do aos participantes, confirmando a palavra “aprovado”.</p>

	<p>Registro a retificação da Ata da 68ª RO CTEI, no item 2.e, na qual a fala do sr. Anízio Vianna, representante da Fundação Renova foi equivocada, quanto a aprovação do Plano de sustentabilidade, uma vez que não ser necessário a aprovação do plano de sustentabilidade para início das atividades do Banco. O Plano de Sustentabilidade deve ser apresentado na CT para constituição do Fundo.</p> <p><u>Levada a aprovação, Registro a aprovação, por unanimidade, da Ata da 68ª Reunião Ordinária da CT-EI.</u></p>
<p><b>Encaminhamento 69.1</b></p>	<p><b>O secretariado deverá encaminhar a ata da 68ª RO da CT-EI, aprovada na reunião, para publicação no site do CIF.</b></p>
<p>b. Apresentação da Taxonomia dos Programas (PG16, PG17, PG18, PG42) – Fundação Renova;</p>	<p>Carlyle Augusto, representante da Fundação Renova, realizou a apresentação da Taxonomia dos Programas e esclareceu que a estrutura da taxonomia foi desenvolvida a partir de uma solicitação do CIF, para identificar os status dos programas e adequar a proposta taxonômica para os diferentes Programas, ações, desdobramentos e atividades.</p> <p>A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Hugo Tofoli mencionou o Relatório da E&amp;Y sobre a conclusão da Cláusula 141, ponderou de que forma está relacionada a Taxonomia com o cumprimento da Cláusula.</p> <p>Sérgio Ferreira esclareceu que o trabalho da Taxonomia foi uma exigência do CIF e no seu entendimento, o que se deseja é a compreensão de forma mais clara das entregas que estão previstas para o cumprimento de cada Cláusula associadas o documento de definição de cada Programa. Sobre a Conclusão da Cláusula 141, o CIF encaminhou a Taxonomia para as CT's para apreciação e aprovação para realizar a conclusão da Cláusula.</p> <p>Hugo Tofoli pontuou que o Relatório da E&amp;Y não pode ser apresentado, pois não é público. No relatório da auditoria fica claro que sem a Taxonomia não consegue verificar o cumprimento da Cláusula.</p> <p>Ana Lage, representante da Fundação Renova, pontuou que a deliberação materializa a expectativa do CIF para dar encerramento às Cláusulas. Em alguns programas isso é possível, no caso do PG-19 que há várias entregas para conclusão de um item, assim, não será a taxonomia que trará segurança para o processo de conclusão de cláusula, isso não exclui o entendimento do escopo e do processo utilizado para o cumprimento daquele objetivo.</p> <p>Sérgio Ferreira argumentou que a utilização da codificação pela Taxonomia é fazer a associação das Cláusulas do TTAC, com o escopo do Programa. Explicou que para o encerramento da Cláusula 141, que na codificação agrupada por item de cláusula, consta na primeira codificação gerada, para a conclusão da Cláusula 141 o processo 1 foi encerrado. O entendimento da FR é que a Taxonomia não é uma condição para encerramento da Cláusula. Ana Lage informou que para a codificação foi utilizado com base o último documento de definição ou encaminhado ou Deliberado. No caso do PG19, que é mais complexo, terá dificuldades na análise, pois não será a codificação que dará segurança para o seu encerramento.</p> <p>Hugo Tofoli sugeriu como encaminhamento o envio da Taxonomia e do Relatório da E&amp;Y aos GT's para análise em reunião Fechada, apenas com membros, tendo em vista o sigilo quanto ao Relatório da E&amp;Y, por não ser público. Pontuou sobre a aprovação da Taxonomia do PG16, sendo que não há revisão do Programa aprovado.</p>

<p><b>Encaminhamento 69.2</b></p>	<p><b>A CT-EI encaminhará aos GT's a Taxonomia dos Programas para análise, bem como o Relatório da E&amp;Y para realização de reunião fechada dos GT's. O secretariado verificará se outras CT's já aprovaram a Taxonomia, para também encaminhar ao GT's.</b></p>
<p>c. E-mail de solicitação de reunião "impactos socioeconômicos e social causado pela lama da Samarco" enviado pela Comissão de Atingidos dos Municípios de Caravelas e Prado – Bahia;</p>	<p>Hugo Tofoli apresentou esse ponto de pauta e informou que no próprio e-mail consta a informação que o item está judicializado.</p> <p>Margareth Saraiva, representante da SEAMA/ES, pontuou que a solicitação deve ser encaminhada à SECEX/CIF para conhecimento e orientações.</p> <p>Hugo Tofoli sugeriu como encaminhamento o envio do e-mail ao CIF, bem como responder ao e-mail de solicitação informando que o caminho de entrada de pauta de áreas que ainda não são reconhecidas é por meio do Comitê Interfederativo – CIF.</p>
<p><b>Encaminhamento 69.3</b></p>	<p><b>A CTEI encaminhará a solicitação recebida à SECEX/CIF para conhecimento e orientações sobre o pleito. Além de responder ao e-mail que o procedimento de entrada de pauta de áreas que ainda não são reconhecidas é por meio do Comitê Interfederativo – CIF</b></p>

<p><b>2 - Promoção da Inovação (PG15), Desenvolvimento e Diversificação Econômica (PG-18), Programa de Recuperação e Micro e Pequenas Empresas (PG-19) e Estímulo à Contratação Local (PG-20)</b></p>	
<p><b>Pauta</b></p>	<p><b>Discussão</b></p>
<p>a. Informes do GT-Desenvolve</p>	<p>Cláudio Paiva, representante da SEDE/MG, relatou que na 20ª reunião do GT-DESENVOLVE, do dia 19/09/2022, no PG15 foi apresentada a Pré-análise do Projeto Empreende Rio Doce, ficou definido que será enviado Ofício por parte da coordenação da CTEI para a Fundação Renova. No PG18 teve como pauta a Nota Técnica do Projeto Promoção de Negócios Coletivos e Individuais - Ciclo 3, que será encaminhada para a coordenação da CTEI para pautar na próxima RO. No PG20 foi discutida a NT do Projeto Estudo de Prospecção de Potenciais Empreendedores Negócios e Mercados e será encaminhada para a coordenação da CTEI para pautar em uma próxima RO. Na reunião do GT foram apresentados pela FR os acompanhamentos dos Programas 15, 18, 19 e 20.</p> <p>Ana Lage mencionou que as NT's quer foram discutidas no GT, não foram apresentadas na CT.</p> <p>Cláudio Paiva informou que as NT's serão pautas para próxima RO CTEI de outubro.</p>
<p>b. Apresentação detalhada da execução dos Bancos Comunitários e Apresentação do FR.2022.1212 - Plano Sustentabilidade Banco Lagoa Verde – Fundação Renova;</p>	<p>Leonora Michelin, representante do Ateliê de Ideias, informou que a comunidade de Baixa Verde em plenária decidiu que o Banco teria o nome Lagoa Verde. Realizou a apresentação do Plano de Sustentabilidade do Banco Lagoa Verde. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Isabela Gonçalves, representante da comunidade Baixa Verde e agente de crédito, informou que houve o envolvimento da comunidade com o projeto. Eliane Gregório, representante da Comissão de Atingidos de Linhares/ES, informou que o Banco Comunitário está sendo bem aceito em Povoação, para os pequenos empreendedores que querem iniciar seus negócios será</p>

muito importante. Perguntou como funcionará a linha de crédito e como a pessoa fará uso sem ocorrer prejuízo.

Luciana Souza de Oliveira, representante da Comissão de Atingidos de Regência e Entre Rios-Linhares/ES, parabenizou o Ateliê de Ideias, mencionou sobre o processo democrático do projeto Banco Comunitário, os desafios de cada comunidade e pediu mais ações como a que está sendo desenvolvida.

Leonora Michelin informou que a política de crédito é decidida em plenária nas comunidades, e têm várias linhas de crédito: produtivo, habitacional e consumo. Em Baixa Verde decidiram também pela linha de crédito para saúde. Todos os créditos são aprovados pela política de vizinhança - finanças de proximidade, e após, o comitê de análise de crédito realiza as discussões.

Hugo Tofoli esclareceu que o pedido de pauta tinha como objetivo uma apresentação detalhada do funcionamento, qual etapa que os projetos se encontram, de todos os locais que o Banco Comunitário está sendo implantado, por exemplo, quais ações realizadas, qual o estágio que se encontra o projeto em cada localidade, uma vez que houve alteração de cronograma. Perguntou quanto custa o Banco Comunitário por mês. Pontuou a preocupação pós projeto da FR. A comunidade tenha clareza do desafio, e que o projeto perpetue na comunidade.

Leonora Michelin informou que o custo mensal do banco comunitário em Baixa verde é de 15 mil reais.

Luciana de Oliveira mencionou sobre a preocupação pós projeto, pois a intenção é de que o modelo prospere para outras comunidades. Eliane Gregório pontuou a importância dos diálogos e esclarecimentos junto às comunidades.

Ana Lage agradeceu à CT a atenção especial ao projeto e mencionou que há outros projetos que não temos a oportunidade do acompanhamento tão próximo e se a CT poderá dar atenção a nível operacional aos demais projetos. O status dos projetos de cada um dos bancos é apresentado mensalmente no follow up do PG18. A metodologia do banco comunitário permite que a conscientização e a mobilização sejam realizadas com as comunidades. Mencionou que foi indicação da CT a não realização de um Piloto.

Hugo Tofoli explicou que a apresentação detalhada seria além das informações contantes no Follow Up, com as etapas, quantidade de reuniões de sensibilização e outras informações. Mencionou que a atenção maior ao projeto é que no Espírito Santo existe uma política de banco comunitário que não tem o mesmo custeio do projeto da FR, assim, essa atenção é para que o projeto continue após a FR. Informou que os demais projetos que estão na CT também serão acompanhados de forma mais próxima.

Ana Lage pontuou sobre o compromisso realizado com os projetos dos bancos comunitários no Espírito Santo, com a política de crédito estabelecida pelas comunidades, e está previsto o alinhamento com a política de estado. Explicou que sobre o detalhamento da apresentação foi atendido o que estava posto no encaminhamento da reunião. Informou que a CT realizou o custeio para representante da comunidade, mas não houve o custeio para participação da entidade executora do projeto, uma vez que

	<p>não está previsto custeio dessa natureza no projeto. Quanto ao Cronograma a FR encaminhará por meio de ofício.</p> <p>Hugo Tofoli informou que o Ateliê de Ideias consta o endereço de Vitória/ES, caso tenha ocorrido mudança de endereço, poderiam ter comunicado para solicitação do custeio pela CT, pediu atenção a todos quanto a este ponto.</p> <p>Maria da Penha Rocha da Conceição, representante da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado/MG, perguntou se o projeto Banco Comunitário será para toda Bacia do rio Doce? Em questões dos gastos como é o funcionamento. Como representante de comissão prestamos informações para a comunidade.</p> <p>Ana Lage informou que foram utilizadas metodologias para seleção dos municípios, pois nem todos os municípios têm a carência de um projeto de Bancos Comunitários. Hugo Tofoli pontuou que todas as discussões foram realizadas previamente na elaboração do projeto.</p> <p>Hugo Tofoli pontuou que houve um critério de seleção e o que se espera do plano de sustentabilidade a comunidade reconheça quanto custa, a importância do projeto e assuma independente da FR ou do Governo.</p> <p>Leonora Michelin esclareceu sobre o valor de 15 mil reais, fez a comparação com tudo que há no projeto, inclusive com fundo de crédito, pois o custeio é menor, gira entorno de R\$ 1.500,00 à R\$ 2.000,00 com os gastos de internet, telefone, água, luz e outros, não incluindo o salário do agente de crédito.</p> <p>Hugo Tofoli argumentou que o objetivo é que a comunidade perpetue o projeto, se doando com a realização de trabalho voluntário e outras formas para que o projeto não termine.</p>
<p>c. Apresentação do Ofício FR.2022.1220 referente à Desistência dos parceiros para a operacionalização do Fundo Compete Rio Doce no Espírito Santo - Deliberação CIF 209/2018 – Fundação Renova</p>	<p>Ana Lage apresentou o Ofício e informou que o objetivo da comunicação foi apresentar as evidências da desistência do parceiro indicado na Deliberação 209 que trata a operacionalização do Fundo Compete no Espírito Santo. O parceiro que foi indicado é o BANDES. Esse é um subproduto do Fundo Desenvolve, que oferta capital de giro. Tem o acompanhamento provido para empresas para melhoria dos processos gerenciais, em contrapartida de receber o crédito. Com a oficialização da desistência do BANDES, a FR buscou possíveis substitutos com a descentralização do recurso para outro banco, porém não houve êxito com a negativa formal do BANESTES. Por falta de aceitação do parceiro identificado na deliberação 209 CIF e de outros prospectados, não será executada a referida deliberação, sem prejuízos para empresas locais que permanecem com a oferta do capital de giro por meio do Desenvolve, as evidências estão anexadas ao ofício.</p> <p>Margareth Saraiva perguntou qual o valor que seria aportado para o parceiro BANDES no Espírito Santo.</p> <p>Ana Lage esclareceu que não há recurso novo para o desenvolvimento dessa linha, o que foi executado em Minas Gerais era o mesmo previsto para o Espírito Santo, a utilização do saldo da primeira linha da oferta de capital de giro para executar a sublinha do Desenvolve, denominado Compete, não há aporte de novo recurso, é apenas transferência entre contas, específicas para esse fundo. Para o Espírito Santo foram depositados 10 milhões para o Desenvolve, e 2,120 milhões destinados ao Compete. Foram criadas oportunidades de melhorias das taxas no processo de retomada econômica, após a pandemia. Dessa forma,</p>

	<p>alavancou muito a concessão de crédito no Espírito Santo, estendendo até dezembro essa oportunidade de taxas mais acessíveis, inclusive inferior ao que seria praticado no Compete. Diante da negativa formal, tanto do BANDES para operar essa linha, quanto do SEBRAE para operar assessoria técnica, a FR não tem como cumprir. Mencionou que foi realizada comunicação ao CIF, mas é importante que a CTEI também informe que foi discutido em RO.</p> <p>Margareth sugeriu que a CTEI se manifeste por meio da ADERES, com exposição de motivos, se há outras alternativas, uma vez que há uma deliberação que tem dificuldades de ser executada e necessita uma orientação do CIF.</p>
<b>Encaminhamento 69.4</b>	<b>Que a ADERES realize uma análise com exposição de motivos, verificando outras possibilidades e alternativas. Após, será retomada discussão na CTEI e posterior envio ao CIF.</b>
d. Apresentação do Ofício FR.2022.1211 resposta ao Parecer Qualidade Água Projeto Unidade Demonstrativa de Tumiritinga – Fundação Renova	<p>Sérgio Ferreira apresentou o ofício sobre parecer técnico de qualidade da água referente ao projeto Unidade Demonstrativa de Piscicultura Tumiritinga. Informou que foi uma solicitação da CT realizada no GT-PG16.</p> <p>Cláudio Paiva informou que a aprovação do projeto ficou condicionado a realização de laudos satisfatórios da qualidade da água, assim, será realizada uma NT informando sobre os laudos e a qualidade da água.</p> <p>Ana Lage comentou que foram solicitados laudos para avaliar a qualidade da água e são de órgãos oficiais, desta forma, como será a avaliação da CT sobre esses laudos oficiais. A recomendação dos laudos foi realizada pela CT-SHQA, qual será o trâmite a partir da apresentação dos laudos.</p> <p>Renato Cardoso, representante do MAPA/MG, esclareceu que os laudos poderiam ser realizados por qualquer entidade que tem esse fim. Foi realizada a leitura do parecer da CT-SHQA.</p> <p>Renato Cardoso fez uma breve leitura do laudo.</p> <p>Hugo Tofoli fez leitura do parecer técnico, pontuou que precisa realizar uma adequação do projeto, tendo em vista o tratamento da presença de Ferro. Realização de aeração. Sugeriu o encaminhamento ao GT para realizar NT informando sobre a realização do laudo, a necessidade de tratamento e aeração, bem como atualização de valores do projeto, com o maior detalhamento, como por exemplo planilha de custo.</p>
<b>Encaminhamento 69.5</b>	<b>GT-Desenvolve realizará análise e elaboração de NT, informando a realização do laudo, a necessidade de tratamento da água sobre a presença de Ferro e realizar aeração, bem como atualização de valores do projeto com planilha de custos.</b>

### 3- Retomada das Atividades Agropecuárias (PG17)

Pauta	Discussão
a. Informe do GT-AGROPEC	<p>Elis Licks, representante da SETADES/ES, informou que a 32ª reunião do GT-AGROPEC ocorreu no dia 19/09/2022, o coordenador do GT sr. Frederico Ozanam, não pode participar por questões de saúde. Foi apresentado pelo sr. José Mário Lobo Ferreira, pesquisador da EPAMIG, os Indicadores de Sustentabilidade e Agroecossistemas -ISA, e também apresentou alguns estudos de caso. Outro ponto de pauta foi Orientações quanto ao cadastramento do DAP de agricultores e os valores indenizatórios, ofício</p>

	<p>CTEI 013/2022 encaminhado ao MAPA, a membra Ana Cândida, representante do MAPA, apresentou no GT a NT e Ofício de resposta do MAPA.</p> <p>José Márcio Lazarini, representante da Comissão dos Atingidos de Rio Doce/MG, perguntou quando será realizado o levantamento no Alto Rio Doce sobre o ISA.</p> <p>Rildo Almeida de Paula, representante da Fundação Renova, informou que o sr. José Mário fará uma análise dos dados do ISA, não será realizado um novo levantamento.</p>
<b>Encaminhamento 69.6</b>	<b>CT-EI encaminhará ofício para FR solicitando acesso detalhado aos dados do ISA para o auxiliar o pesquisador da EPAMIG, sr. José Mário Lobo Ferreira na análise dos dados, quanto ao pedido de revisão do índice do indicador.</b>
<b>Encaminhamento 69.7</b>	<b>CT-EI encaminhará ofício para FR para que informe a Natureza dos valores indenizatórios pagos aos Atingidos, visando que essa informação possa complementar o que foi respondido pelo MAPA.</b>

#### 4. Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16)

Pauta	Discussão
a. Informes GT-PG16	Renato Cardoso, representante do MAPA, informou, que a reunião do GT-PG16 foi realizada no dia 19/09/2022, com a discussão da revisão do Programa, com a apresentação da FR dos pontos de consenso e dissenso referente à NT 97. Outro ponto discutido foi a NT do projeto Empodera Belo Oriente.
<b>Encaminhamento 69.8</b>	<b>CT-EI encaminhará ofício ao CIF sugerindo a reabertura do GT-PESCA, com a participação das CT's BIO, SHQA, GRSA, Saúde e CT-OS.</b>
b. Apresentação NT Projeto Empodera Belo Oriente (Coordenação PG16);	<p>Renato Cardoso informou que foi encaminhado pela CT-EI ofício para FR, solicitando alguns esclarecimentos. Foi realizada leitura e apresentação da Minuta de Nota Técnica. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Jóeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, pontuou sobre a quantidade de 400kg de pescado capturado, se foi apresentado nota ou outra comprovação, sobre a periodicidade da pesca e acerca da lagoa ser particular.</p> <p>Mariangela De Lorenzo, Consultora Técnica Independente dos Camaroeiros de Vitória/ES, perguntou se o projeto foi canalizado; se é proveniente da pesca artesanal ou aquicultura e há o registro para aquicultor.</p> <p>Hugo perguntou se houve alguma comprovação sobre a quantidade pescada, e quanto a lagoa privada, se há outro local para realizar a atividade.</p> <p>Arthur Lima, Fundação Renova, informou que os atingidos apresentaram a proposta e fotos das atividades do processo de beneficiamento. A proposta do projeto foi escrita pelos próprios atingidos, grupo informal, que já atuam juntos. A associação do bairro será interveniente, e receberá os equipamentos. Sobre o local de pesca, além da Lagoa do Leôncio, há outros locais para pesca, como lago de Baguari. Eles não fazem aquicultura, uma das áreas que eles fazem a captura do pescado é de propriedade particular e que o proprietário faz o povoamento do pescado. Pontuou que o próprio</p>

grupo de pescadores realizou algumas melhorias na construção, com apoio dos técnicos da Prefeitura.

Hugo Tofoli perguntou sobre a adequação e atualização dos valores do projeto.

Arthur Lima informou que houve aumento de beneficiários, de 3 para 7 beneficiários, inserção da regularização sanitária e adequação de alguns equipamentos, por exemplo o silo para estoque de gelo.

Renato Cardoso que o grupo é informal e que na prática os números apresentados estão razoáveis. Nas discussões do projeto uma das pautas foi que a FR buscasse a regularização junto ao IMA, assim, com a regularização teremos o resgate das condições socioeconômicas.

Éneas Ferreira Pinto Filho, Atingido de Conceição da Barra/ES, pontuou que o projeto é para criar insumos para sobrevivência da pesca, sobre o uso da lagoa em terras de terceiros, caso ocorra uma venda da propriedade.

Hugo Tofoli informou que a Unidade não ocorrerá em terras de terceiros, o investimento não é em terra de terceiros, apenas a pesca é realizada em lagoa de propriedade de terceiros. O investimento não é perdido, pois podem realizar um projeto de piscicultura e não haveria perda. O local onde eles buscam os peixes por ser um lugar privado, o grupo deve ter consciência de buscar alternativas para que não fiquem sem a fonte de matéria-prima. Quanto a obra que foi realizada, foi concluída? Há necessidade de adequações físicas está prevista no projeto?

Arthur informou que a obra não foi totalmente concluída e caso necessite de realizar alterações, este seria o momento, bem como avaliar a necessidade de inclusão de obras ao projeto.

Eliane Gregório pontuou que a FR deveria ter realizado um relatório sobre a visita realizada ao projeto.

Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, argumentou sobre as discussões no programa sobre o público a ser atendido, uma das grandes discussões é sobre o público não regularizado e precisa ser contemplado no escopo. Como será fomentado alguma atividade que não está regularizada no caso desse projeto, uma vez que o projeto aguarda há 4 meses.

Hugo Tofoli esclareceu que a discussão não é sobre o público, mas sim sobre as questões da estrutura física, para evitar aditivos. Desta forma, a preocupação é sobre a adequação física do espaço. Caso a FR tenha técnico que possa realizar o memorial descritivo de obra para ser incorporado ao projeto, evita-se situações de retorno do CIF. Sugeriu que a suspensão até a análise estrutural.

Juliana Bedoya informou que os contratos de engenharia são mais complexos devido a robustez dos contratos.

Sérgio Ferreira perguntou sobre a regularização, se a adequação do espaço físico deve ser de acordo com o que o IMA exige. E o local onde os peixes são pescados não será impeditivo ao projeto? Hugo Tofoli informou que sobre a adequação do espaço é de acordo com a exigência do IMA e sobre o local que os peixes são pescados não é impedimento ao projeto. A discussão da NT aguardará o envio do projeto de adequação física para regularização junto ao IMA.

**Encaminhamento 69.9**

**A Fundação Renova apresentará um projeto de detalhamento para adequação física do espaço e regularização junto ao IMA, para posteriormente, análise na CT.**



<b>Considerações Gerais</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>Informes</b>	Hugo Tofoli informou que a 70ª RO da CT-EI será realizada na cidade de Belo Horizonte/MG de forma presencial, nos dias 18/10 e 19/10/2022. A Convocatória será encaminhada até o dia 21/09/2022, e o envio da solicitação de custeio deve ser solicitado até o dia 29/09/2022. Solicitou aos participantes que não solicitarem o custeio que informem sua participação para que possamos dimensionar e estruturar o local.

Finalmente, o coordenador da CT-EI, sr. Hugo Tofoli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **69.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e dois.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 19/10/2022, na 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.**

**Hugo Santos Tofoli**  
**Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação**

## ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**HUGO SANTOS TOFOLI**  
DIRETOR QCE-02  
DIRTEC - ADERES - GOVES  
assinado em 21/12/2022 10:42:11 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/12/2022 10:42:11 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por HUGO SANTOS TOFOLI (DIRETOR QCE-02 - DIRTEC - ADERES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-7F29SF>